Inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino regular da escola Estadual Newton Braga de Faria do Município de Natal/RN: caminho, acesso e a permanência

Alane de Carvalho da Silva[1]

[1]Técnica em Guia de Turismo – IFRN, Graduanda do Curso de Licenciatura em Espanhol – IFRN. e-mail:alanejota@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho objetivou analisar as condições de ensino dos alunos com deficiência visual (baixa visão/ cego) no ensino regular da Escola Estadual Newton Braga de Faria, assim como explorar as representações compartilhadas através dos depoimentos de quatro profissionais da área da educação e de um aluno acerca da inclusão escolar nesse espaço educacional. Para tanto, foi necessário conhecer o processo de ensino da educação especial, para que se pudesse ter o conhecimento de quais são os instrumentos, as metodologias, isto é, de que forma a escola especializada se organiza para promover a educação dos alunos com deficiência visual. Através dos resultados da pesquisa, pôde se concluir que a proposta da educação inclusiva depende de vários mecanismos, onde um desses refere-se, prioritariamente, ao efetivo posicionamento de todos os envolvidos em prol da educação inclusiva.

Palavras–chave: aluno, deficiência visual, educação, inclusão

1. INTRODUÇÃO

As primeiras informações sobre a atenção educacional das pessoas com deficiência, no Brasil, remontam à época do Império (Januzzi, 2004) com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos em 1857 (INES), ambos no Rio de Janeiro.

Para Sassaki (2003, p.111) “a história da atenção educacional perpassa as fases de exclusão, segregação, integração e inclusão”. Na primeira fase ele destaca que, a sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, no que tange a segunda fase menciona que excluídas da sociedade e da família as pessoas deficientes, eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos, já na fase da integração surgiram às classes especiais dentro das escolas comuns. Hoje, a educação especial vive a faze da inclusão.

A presença crescente de alunos com necessidades especiais de aprendizagem na rede regular de ensino no Brasil pode ser observada através dos resultados do Censo de 2011, já que de acordo com as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) no ano de 2011, o número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e na Educação para Jovens e Adultos (EJA), foi de 15,3%. Nesse contexto, se faz necessário ressaltar que é possível constatar através da história das práticas educacionais, que durante muito tempo, o ensino regular teve como objetivo o desenvolvimento de alunos que não tinham Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Nesse sentido, ao buscar a investigação acerca da inclusão de alunos com deficiência visual (baixa visão/cego) [1]na escola regular, essa pesquisa propôs, como objetivo geral, conhecer o sistema

[1] A deficiência visual é uma categoria que inclui pessoas cegas e pessoas com baixa visão. Educacionalmente, a pessoa cega utiliza o sistema Braille para a leitura e a escrita. A pessoa com baixa visão pode ler tipos impressos ampliados. A baixa visão, visão reduzida ou visão subnormal pode ser definida como “uma perda grave da visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais ou também pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual” (Gaspareto, 2007, p.36).

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

de ensino da escola especial, assim como as condições de acesso e atendimento educacional oferecida ao aluno com deficiência visual no ensino regular.

Como forma de alcançar o objetivo exposto, o mesmo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: conhecer a organização da educação especial, observar a realidade da inclusão do aluno com deficiência visual, investigar a percepção destes alunos, assim como identificar os fatores problemáticos no processo inclusivo.

A motivação para realizar essa pesquisa partiu da experiência, durante dois anos, ao trabalhar como bolsista no Instituto Federal do Rio Grande do Norte-Natal / Campus Central, com a função de auxiliar na adaptação dos materiais didáticos para que um aluno dessa escola do curso de Licenciatura em Geografia, o qual apresenta uma deficiência visual (cego) pudesse ter acesso.

Foi a partir do conhecimento das limitações que um aluno com deficiência visual tem que enfrentar na escola regular, que surgiram várias inquietações acerca do processo de aprendizagem do aluno com (NEE), pois durante essa experiência foi percebido as dificuldades, os dilemas e os desafios que existem no processo da educação inclusiva, outro fator determinante para essa investigação, refere-se à curiosidade em pesquisar acerca dessa temática.

Dessa forma, foram abordados alguns questionamentos para que pudessem contribuir com uma reflexão acerca do verdadeiro sentido da palavra incluir, já que é perceptível nos dias de hoje, ainda, atitudes que continuam sendo reflexo de uma história que foi marcada pela descriminação.

Sendo assim, a educação do aluno com deficiência visual tornou-se um assunto inquietante, principalmente, porque diferentes práticas pedagógicas que envolvem estes discentes apresentam uma série de limitações. Essas contestações têm sido abordadas por vários autores que pesquisam a problematização da realidade escolar do aluno com deficiência visual no Brasil.

> O quadro que visualizamos em torno da política inclusiva oficial no Brasil é de um processo lento e contraditório, centralizado mais no discurso político-pedagógico inclusivo. As estratégias de ação não foram ainda objetivamente concretizadas e o debate inclusivo restrito a educação especial contribui para o distanciamento entre a política multicultural do ensino fundamental e a do ensino especial. (Oliveira, 2004, p.86)

> Pensar na inclusão dos alunos com deficiência (s) nas classes regulares sem oferecer-lhes a ajuda e apoio de educadores que acumularam conhecimentos e experiências específicas, podendo dar suporte ao trabalho dos professores e aos familiares, parece-me o mesmo que fazê-los constar, seja como números de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula. (Carvalho, 2004, p.29)

Assim, as análises realizadas neste trabalho são de suma relevância, já que a qualidade da educação brasileira não terá nenhum sentido se não puder abranger a todos os alunos, visto que a educação tem um papel social de repassar conhecimentos, assim como valores necessários para o indivíduo.

2. PROCEDIMENTOS

Tendo por base os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada através do método crítico-dialético, a qual teve como abordagem a pesquisa qualitativa, visto que, essa parte do princípio de que existe uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto um vinculo que não se dissolve entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (Chizzoti, 2006).

O critério de escolha da instituição escolar do ensino regular para a realização da pesquisa de campo se deu através do conhecimento prévio do número de alunos com necessidades especiais, matriculados nos horários (matutino e vespertino). Sendo assim, foi delimitada, como local de

pesquisa, a escola Estadual Newton Braga de Faria, localizada no Município da cidade de Natal/RN, Bairro Alecrim, Rua Al Curupaiti, s/n, Zona Leste. Cabe ressaltar que, como um dos objetivos específicos era realizar uma investigação acerca do processo de ensino e aprendizagem educacional, no que tange a escola especial, a fim de ter algumas reflexões a respeito desse ensino, a pesquisa de campo também contemplou o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos (IERC), localizado no Município da cidade de Natal/RN, Bairro Alecrim, Rua Fonseca, nº 1113, Zona Leste.

O (IERC) tem o reconhecimento de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal com registro no Conselho Nacional de Assistência Social, a instituição tem como objetivo (re) habilitar pessoas com deficiência visual. O instituto oferece do 1º ao 5º ano, fundamental I, enquanto que a escola regular do 6º ao 8º ano, o que corresponde ao fundamental II.

É preciso salientar que antes de ir a campo foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema pesquisado, que de acordo com Severino (2002) trata-se de uma leitura atenta e sistemática que deve ser acompanhada de anotações e fichamentos que, eventualmente, poderão servir para a fundamentação teórica do estudo.

A pesquisa de campo consistiu num estudo exploratório. E para as informações necessárias foram utilizados como instrumentos, um diário de pesquisa para as transcrições das informações, assim como a entrevista semi-estruturada individual, com um roteiro de perguntas que compreendiam itens referentes: ao ensino e a aprendizagem do aluno com deficiência visual. A entrevista de acordo com Triviños (1992) é um dos principais meios de que dispõe o investigador para a coleta de dados.

As informações obtidas por meio do recurso conversacional- entrevista- foram realizadas nos dias 20 e 27 do mês de abril/2012 no (IERC) e no dia 29 do mês de maio/ 2012 na escola (ENBF). O grupo de participantes da pesquisa foi formado por uma aluna da escola (ENBF) e por quatro profissionais das instituições pesquisadas, sendo elas: duas diretoras (uma de cada instituição) e duas professoras (uma de cada instituição).

3. RELATOS E PERCEPÇÕES ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Se as diferenças são construídas num sistema de representações, no qual se observam diversos discursos, os depoimentos de alguns dos sujeitos educacionais são de suma relevância para verificar as opiniões acerca do processo de inclusão na educação regular. Nesse sentido, seguem os principais relatos dos participantes da pesquisa em relação ao tema investigado.

Uma pergunta específica do roteiro de entrevista se referia a seguinte questão: Como a instituição tem se organizado para promover o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais? Segundo a diretora o (IERC), a qual será identificada neste trabalho por (D1) o instituto oferece reuniões e palestras para que o responsável pela pessoa com deficiência visual, ou a própria pessoa com deficiência visual possa ouvir, por exemplo, os depoimentos de outras pessoas, as quais já passaram pelas mesmas situações. Cabe destacar que o instituto atende pessoas idosas, adultas e crianças de até zero ano de vida.

> É oferecido a essas pessoas o programa de (re) habilitação, o qual tem como objetivo proporcionar oportunidades educativas funcionais que (re) habilitem a pessoa com deficiência visual a desenvolver de forma independente atividades do dia-dia em diferentes contextos. (D1, 2012).

De acordo com ela faz parte desse programa as seguintes atividades: arte terapia, atividades da vida diária, atividades esportivas, escritas Braille e cursiva, informática, música, oficinas pedagógicas, orientação e mobilidade, psicomotricidade, teatro e a estimulação essencial. Nesta última atividade (D1) destaca que: “é a base na vida de uma criança cega”.

Segundo ela o instituto tem os seguintes profissionais: “professores, pedagogos, assistente social, psicóloga e (re) habilitadores”. Um dos aspectos relevantes encontrados na pesquisa de campo

diz respeito ao trabalho em conjunto desses profissionais, visto que o atendimento das necessidades educacionais dos alunos supõe a articulação de vários sujeitos envolvido no processo de ensino.

Outro aspecto que foi contemplado diz respeito aos recursos materiais que a escola oferece aos alunos. Segundo a (D1) o (IERC) tem "laboratório de informática, material didático especializado, exemplos, o soroban, reglete, máquina em Braille, vários materiais adaptados, por exemplo, o caderno para os alunos com baixa visão [...]". É preciso destacar que foi possível observar a sensibilidade, ou melhor, o olhar que determinados profissionais do (IERC) têm para adaptação de materiais.

Tendo em vista saber se há alguma relação entre as escolas investigadas nessa pesquisa foi questionado: existe alguma parceria entre o (IERC) e a escola (ENBF)? Em caso afirmativo, qual? Segundo (D1): "o instituto não é obrigado a fazer uma relação com a escola do ensino regular depois que o aluno sai do instituto, no entanto faz para que o aluno sinta-se melhor nesse processo". A preocupação da diretora nessa nova fase da educação do aluno com necessidade especial pode ser justificada através do discurso de Oliveira (2004, p.224):

> A escola pública não só discrimina os/as alunos/as com necessidades especiais, mas todos aqueles/as que apresentam dificuldades na aprendizagem cognitiva de apreensão dos conteúdos escolares e que, portanto fogem do modelo tradicional escolar estabelecido. [...] a escola pública é uma instituição contraditória, porque apresenta tanto representações e práticas de exclusão como representações e práticas inclusivas e de transformação.

Como se pode observar, o processo de inclusão do aluno com (NEE) na escola regular apresenta diversas barreiras. Nesse sentido foi questionado: qual é o significado das instituições especializadas, as quais atendem o aluno com deficiência visual no contexto atual? Para (D1): "é de uma riqueza tão profunda para a sociedade, pois prepara o aluno para a sociedade, porque o (IERC) não só trabalha a questão do indivíduo, trabalha um todo, isto é, os elementos que norteiam o sujeito, exemplo, a família".

No discurso da 'escola para todos', na diversidade dos sujeitos na sala de aula do ensino regular e partindo do pressuposto de que a legislação existente no Brasil, assim como a política inclusiva instituída através do Ministério da Educação brasileiro asseguram aos alunos com deficiência o acesso e a permanência nas escolas regulares. A diretora da escola (ENBF) identificada por (D2) respondeu que para garantir o acesso dos alunos com (NEE): "a escola realiza a matrícula antecipada e há também uma preocupação por parte da escola em escrever os professores em cursos de formação especializada".

No que se refere se há um trabalho em conjunto com o (IERC) ela disse que: "o instituto dá apenas um apoio" justificou que essa ajuda é mais por causa da proximidade espacial que existe entre as duas instituições. No que tange ao significado, atual, da escola especial a entrevistada respondeu da seguinte forma:

> A escola especial já teve o seu momento na história, que foi muito importante, essa não da oportunidade ao aluno de partilhar com os outros, a inclusão no ensino regular é benéfico, pois o aluno começa a perceber o outro, o aluno só no (IERC) não é assegurada a inclusão, não há motivo de ter o (IERC), já existe um setor especial cuidando disso. (D2, 2012)

Para a professora do (IERC), a qual será chamada de (P1) o principal desafio é "ter que ensinar alunos com deficiência visual, os quais têm outras deficiências". Outro fator problemático que ela mencionou foi a respeito da compreensão, ou melhor, da aceitação por parte da família "há dois extremos no que refere-se a família, o primeiro é a superproteção, o segundo é não acreditar no potencial da pessoa com deficiência", ela ressaltou que é de suma relevância que o aluno tenha o apoio da família.

Na opinião da professora da escola (ENBF), a qual será identificada por (P2) são considerados como desafios a falta de recursos materiais. O número insignificante de livros didáticos em Braille foi um dos aspectos relevantes encontrado na pesquisa, isso é bastante problemático, pois incluir alunos com (NEE) sem oferece condições para o desenvolvimento da aprendizagem é um dos fatores que pode levar o aluno a evasão escolar. Ela também destacou que "a prova em Braille tem que ser solicitada com muita antecedência, antes de terminar o conteúdo da disciplina para que no dia da avaliação o aluno possa ter acesso a prova adaptada". As dificuldades ficam ainda mais evidentes quando é levado em consideração o número insignificante de cursos que são ofertados aos professores para o ensino da educação especial, como se segue no relato:

> Fiz um curso de inclusão no ano de 1985/86 com carga horária de 180h promovido pela SUESP de lá para cá não tive mais notícia desse curso, tenho o curso de Braille e o de sorrabam, o qual é de fundamental importância para ensinar matemática (P1, 2012).

A carência de uma formação especializada é uma das barreiras para a efetivação da proposta educacional inclusiva.

No que diz respeito ao aumento do número de matrículas dos alunos com (NEE) no ensino regular a professora do (IERC) respondeu que: "esse é o assunto do momento, é preocupante, pois ainda não existe uma inclusão efetiva, ou seja, ainda não se fez", ela justificou essa afirmação dizendo que: "falta uma formação especializada para o professor no currículo comum". Segundo Castaman (2003, p.9) "uma das razões possíveis para que a educação inclusiva ainda não integre os currículos de diferentes cursos de formação de professores é que esta forma de atendimento encontra-se na faze embrionária". O relato da professora coloca diante de um fato que é registro de Glat et al (2006, p.8):

> O professor da classe regular não está capacitado para lidar com o aluno com deficiência/ necessidade especial e não há plano de desenvolvimento em relação à formação de professores, pois não há discussão (SNE/IHA) aprofundada sobre a prática pedagógica que dê suporte a uma capacitação contínua e permanente; e o aluno com deficiência ainda é considerado de responsabilidade exclusiva da educação especial.

A formação dos professores, assim como as dificuldades do sistema público brasileiro de educação, no que se refere à inclusão dos alunos com (NEE), mostra-se como um dos grandes desafios da educação brasileira, isso pode ser evidenciado no depoimento da professora:

> Tenho dois alunos surdos em outra escola e eu não tenho o conhecimento de como vem ocorrendo o processo da leitura e da escrita desses alunos, pois eu não tenho conhecimento de LIBRAS e nem tem tradutor na sala, quem me ajuda são os alunos que sentam perto desses alunos. (P2, 2012).

Nesse sentindo, onde se ressaltam as limitações que ocorrem no processo de ensino destes alunos na escola regular, a professora do (IERC) ressaltou a importância da escola especial, como segue no relato:

> Sou contra extinguir um ensino que é a base para o aluno com deficiência visual, o professor da escola regular tem mais de trinta alunos em uma sala de aula e a maioria não dá conta de ensinar, por isso me pergunto: como um aluno cego será alfabetizado nesse contexto? (P1, 2012)

É preciso destacar que durante a realização da entrevista com a professora da escola (ENBF) foi apresentada uma atividade que tinha sido respondida por uma aluna cega, nesse sentido se faz necessário relatar que para realizar a transcrição do Braille foi necessário que a aluna levasse a atividade para o (IERC). A (P2) justificou esse trabalho em conjunto entre as duas instituições citando que: "o (IERC) acompanha os alunos que estudaram no instituto apenas no primeiro ano do ensino regular, por ser um momento novo". Segundo ela é somente no 6º ano, antiga quinta série que ocorre esse processo. Nas palavras de Goffredo1997 *apud* SEED 1999, p.47:

> [...] o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os educadores da educação especial e da educação regular. O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e participando de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução, e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar.

Por isso, faz necessário destacar que em alguns contextos os desafios para a inclusão podem estar relacionados às pessoas, as quais estão direta ou indiretamente envolvidas no processo da inclusão.

Na pesquisa de campo foi observado que as professoras usam diversas metodologias, exemplos, o jogo de dama ampliado feito no isopor, para aqueles com baixa visão, o jogo de boliche com as garrafas para ensinar matemática, assim como a utilização do material de borracha chamado EVA para as aulas de arte. Segundo Oliveira (2004) o interesse pela busca de informações pedagógicas para trabalhar com esses discentes especiais tem também suas bases em motivações subjetivas, sendo enfatizada a importância da força de vontade do/a professor/a. Compreender as dificuldades, assim como a capacidade do aluno com (NEE) contribui para mudanças em várias situações, por exemplo, a exclusão na escola.

Segundo Freire (2002) o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente 'lido', interpretado, 'escrito' e 'rescrito'. Dessa forma quanto mais solidariedade exista entre o professor e os alunos no cuidado deste espaço surgiram mais possibilidades de aprendizagem.

Na pesquisa, um aspecto que não poderia faltar, refere-se a visão do aluno com deficiência visual em relação a temática pesquisada. Nesse sentido a aluna participante da entrevista relatou que estudou o ensino fundamental I no (IERC) para ela ter estudado em uma instituição de ensino especial foi importante para que, hoje, ela pudesse estar na escola regular "na escola especial se aprende muitas coisas que na escola regular não é ensinado, por exemplo, como andar com a bengala, no (IERC) você aprende a se adaptar ao ambiente". Diante disso, recorro às palavras de Carvalho (2004, p. 29), a qual defende que a proposta de inclusão:

> [...] não nos autoriza a eliminar todas as modalidades da educação especial, particularmente para aqueles que necessitam de apoio intenso e permanente. Um alerta, porém: ao propor, para alguns, a garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos, em classes ou em escolas não estou defendendo que se mantenham como têm sido, nem que funcionem como reduto institucionalizado do fracasso escolar e muito menos com ambientes exclusivos e excludentes.

A formação dos professores, assim como as deficiências do sistema público de ensino, mostra-se também presente na fala da aluna quando ela respondeu a pergunta a respeito se existe alguma limitação no ensino regular? "Sim, os professores, eles não culpados, mais eles não estão preparados, eu não culpo nenhum professor". No discurso da aluna pode-se concluir que, enquanto não forem compreendidas as frustrações dos alunos com (NEE), eles não sentirão incluídos na escola regular. Isso pode ser observado no depoimento da aluna "eu só tenho um livro didático em Braille o de cultura". As dificuldades no contexto da escola regular vivenciadas pela aluna ficaram nítidas quando ela respondeu que: "o que tem de positivo na escola regular é a interação com os colegas".

Ao final da entrevista ela citou que: "se a escola especial um dia acabar será jogar o aluno a própria sorte". Ela respondeu sorrindo "o aluno terá que se virar nos trinta".

Considerando-se a reflexão da aluna, pode se perceber a preocupação desta com a possibilidade de um dia o ensino da escola especial não mais existir, visto que o (IERC) tem até, hoje, um papel relevante para o processo de aprendizagem da aluna entrevistada.

4. CONCLUSÕES

Portanto, o (IERC) apesar de ter apresentado algumas dificuldades, as quais foram observadas na pesquisa de campo, oferece ao aluno com (NEE): melhor estrutura física, recursos didáticos e humanos, os quais são imprescindíveis para facilitar o aprendizado do aluno. É preciso relatar que as dificuldades que foram observadas referem-se a razão da instituição ser uma Organização Não Governamental (ONG), ou seja, é uma instituição que necessita da contribuição da sociedade para poder oferecer melhores condições de ensino aos alunos.

Já no que se refere à escola (ENBF) o que foi identificado, no que tange ao processo de inclusão do aluno com deficiência visual é que, a inclusão ainda está longe de ser algo concreto, pois o que existe, hoje, é a luta, a dedicação, assim com o empenho de muitos profissionais para que a inclusão de alunos com (NEE) possa a ser efetivado na realidade, pois incluir não significa somente dizer que o número de matrículas de alunos com (NEE) vem aumentando na rede de ensino público do Brasil.

Sendo assim, é preciso que seja levado em consideração todos os elementos que norteia o processo educacional do aluno, isto é proporcionar aos professores uma formação especializada para o ensino desses, prover os recursos adaptados, distribuir livros em Braille, ter um ambiente mais afetuoso que respeite a singularidade do aluno, em síntese, no processo de inclusão cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola, pois falar em inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, sem que haja recursos fundamentais para a sua aprendizagem, é tão questionável quanto a sua permanecia na educação especializada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, em especial a meu amigo Bruno Lima de Brito que me fez ver a vida com um novo olhar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos is. Porta Alegre, Mediação Editora, 2004.

CASTAMAN, A. S. **Educação inclusiva e a formação de professores**. Disponível em < http://www.seifai.eud.br/artigos> Acesso em: 19 de maio de 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas Sociais**. SP, Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. 22 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

GASPARETO, M.E.R.F. A pessoa com visão subnormal e seu processo pedagógico. In: MASISI, E.F.S. GASPARETO, M.E.R.F. (Orgs). **Visão Subnormal**: um enfoque educacional. São Paulo: Vetor, 2007.

GLAT, R.; Formação de Professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas. In: **Encontro Nacional de didática e prática de ensino**, 13. UFPE, Recife, 2006. Anais

eletrônicos. Disponível em <www.edinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/endipe3.pdf > Acesso em: 14 de maio de 2012

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr S. A escola como espaço inclusivo. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. **Salto para o futuro**: Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANNUZI, G.M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

INEP: disponível em< http://download.inep.gov.br/educacao básica/ censo escolar/ resumos técnicos/ resumo técnico/censo educação básica_2011.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**: a problemática ética da "diferença" e da exclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. Rev e Amp. São Paulo. Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.